



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## TRABALHO MANUAL VERSUS TRABALHO INTELECTUAL: DUALIDADE E HISTORICIDADE NA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

Maria Luzirene Oliveira do Nascimento; Tânia Serra Azul Machado Bezerra

*Universidade Federal do Piauí/Programa de Pós-Graduação em Educação –  
luzirene\_oliveira89@outlook.com; Universidade Estadual do Ceará – tanciasamb@hotmail.com*

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo analisar a dualidade na divisão social do trabalho que historicamente constituiu a proposta de educação para o trabalho, permeada por contradição entre trabalho manual versus trabalho intelectual. Diante disto, nos remetemos a qualificação do trabalhador e a oferta de cursos técnicos e profissionalizante, pois a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual se encontra presente na Educação Profissional, que se intensifica a medida que as relações de exploração aumentam na consolidação da sociedade capitalista. Analisamos a Educação Profissional como modalidade de ensino imersa nas contradições da sociabilidade do capital e de suas formas de apropriação do trabalho, em que, historicamente se constituiu numa educação para o povo que se diferencia de uma educação propedêutica. Para a realização destas análises nos fundamentamos em autores como Ponce (2005), Mészáros (2008), Oliveira (2005), Gramsci (2010).

Palavras-chave: Educação Profissional; Trabalho Manual; Trabalho Intelectual; Qualificação

### INTRODUÇÃO

A qualificação para o mundo do trabalho se confronta com a problemática da divisão intelectual do trabalho que permeia as relações de poder e de exploração do homem. Assim, a Educação Profissional ao se constituir diante da dualidade entre ensino técnico e propedêutico





reforça essa divisão do trabalho entre trabalho manual versus trabalho intelectual. Mas é importante analisar que essa relação foi historicamente construída, e que o trabalho manual muitas vezes foi considerado impróprio e inadequado para os homens de bem e de bens, enquanto o trabalho braçal era destinado às classes subalternas, pois em algumas sociedades esse tipo de trabalho era realizado apenas por escravos, ou homens que não possuíam propriedade.

A fonte de riqueza material – o trabalho, como já havia apontado Marx (2008), foi considerada uma atividade indigna para a nobreza, durante o feudalismo, e até mesmo antes, como na Grécia Antiga, na Roma Antiga. Segundo Ponce (2005, p. 37) “desligados do trabalho manual e do intercâmbio dos produtos, as classes superiores já eram nessa época socialmente improdutivas”. Disso decorre o fato de que para os filhos da nobreza era reservado cultivar o espírito e desenvolver habilidades das artes liberais, podiam frequentar a escola e aprender sobre arte, música, literatura, ciências, retórica e aprender a arte da guerra, pois estes eram preparados para assumir os postos de comando da sociedade, ou seja, assumiam a função de comandar o Estado. Enquanto, o restante do povo devia ser submisso a essa nobreza e realizavam os trabalhos manuais e mais degradantes. Ainda de acordo com Ponce (2005) durante a Idade Média a Educação destinada as massas tinha como objetivo a doutrinação cristã, nas escolas da plebe não se ensinava a ler nem escrever, mas apenas a tornar as massas dóceis e conformadas.

É a partir da Revolução Burguesa que o trabalho passa a ser considerado digno, pois proporcionava enriquecimento individual e possibilitava a sociedade burguesa ascensão social. No entanto, a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual se intensifica a



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

medida que as relações de exploração aumentam na consolidação da sociedade capitalista. Embora o trabalho manual a partir do processo de industrialização, não seja visto como uma atividade indigna, este continua sendo executado pelas classes sociais pobres e que se submetem a extensas jornadas de trabalho desumanas. Enquanto a burguesia desfruta da produção de riqueza gerada através da exploração da força de trabalho dos operários.

A Educação do homem burguês não é a mesma do homem antigo. Diante das transformações no modo de produção e nas relações de trabalho outro modelo de educação passa a ser direcionado aos filhos da burguesia emergente. Ponce (2005, p.115b) aponta que “a educação cavalheiresca já não servia para esse nobre, tampouco eram úteis a dialética e a teologia ao bom burguês que fretava navios para viagens ao novo mundo”, na educação do homem burguês dava-se atenção a um conhecimento que fosse útil para a vida terrena e dos negócios. Dessa forma a educação do homem burguês também diferia da educação das massas, pois às camadas populares a educação ainda se constituía um espaço de doutrinação religiosa, sendo espaço também de evangelização dos protestantes a partir da reforma empreendida por Lutero, que para Ponce (2005) não obstante afirmava que a instrução constituía uma fonte de riqueza e de poder para a burguesia, no entanto nem de longe pensou em estender esses benefícios às massas populares, deixando os homens das classes inferiores excluídos da educação.

Assim, a educação se tornou um fator que contribuiu para difundir a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, que se fundou sob as bases de uma escola de forte dualidade entre o ensino da técnica e o ensino das artes liberais, e sob as bases de uma sociedade excludente e escravocrata. Embora na contemporaneidade possamos perceber que





**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

as escolas técnicas sofreram modificações no currículo para adaptar disciplinas de conhecimento geral.

Isto nos remete a compreensão de que a qualificação para o mundo do trabalho através dos cursos técnicos, difundidos pelo discurso oficial, passa por um processo de exclusão das camadas populares que são submetidas a condições de trabalho precarizado, com baixa remuneração e destinada aos jovens que tem pouca oportunidade de competir por uma vaga na universidade. Este cenário aponta para a perspectiva de que ainda não superamos a dualidade entre trabalho manual versus trabalho intelectual, nem mesmo o desenvolvimento da tecnologia e da utilização desta em setores que usavam antes a mão de obra do trabalhador pouco contribuiu para o fim dessa ideologia que separa o homem do fazer do homem do pensar. O desenvolvimento da tecnologia e a sua utilização no mundo do trabalho intensificou as condições de exploração do trabalhador e o transformou no escravo da máquina, ainda há os que operam as máquinas de acordo com o ritmo delas, e os que pensam os processos de produção e gerenciamento para os operários.

## **METODOLOGIA**

Realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica, em que analisamos documentos oficiais do Ministério da Educação, Decretos e Leis. A pesquisa documental é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador (SEVERINO, 2007, p. 124). A pesquisa documental se constitui como técnica de identificação, levantamento, exploração de fontes do objeto pesquisado.





**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No que se refere à pesquisa bibliográfica caracteriza-se como uma pesquisa que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2011, p.50). Nesse sentido, fizemos um levantamento bibliográfico baseado em autores como Ponce (2005), Mészáros (2008), Oliveira (2005), Gramsci (2010).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No Brasil, por exemplo, o trabalho manual era uma atividade que deveria ser exercida exclusivamente pelos escravos, enquanto os senhores de engenho desfrutavam do ócio e do não-trabalho, pois trabalhar era destinado para aqueles que não possuíam liberdade e nem dignidade humana, o trabalho braçal era destinado aos espíritos inferiores. Assim o Brasil se constrói sob as bases de uma sociedade escravocrata e produtiva em contraste com a improdutividade do homem branco, o trabalho era desprezível para a elite brasileira. É dessa forma também que irá se difundir o trabalho industrial, onde ocupações degradantes serão destinadas aos miseráveis e despossuídos, é ainda assim que as escolas profissionalizantes no Brasil se constituem em espaços para a qualificação de uma mão de obra marginalizada e subalterna, enquanto as escolas propedêuticas se tornam improdutivas, mas são mais valorizadas porque são destinadas aos filhos das classes mais abastadas. De acordo com Nosella:

A instituição escolar, obviamente, reflete o quadro produtivo nacional. Um industrialismo tardio e inorgânico, a periferia urbana, a miséria, o arcaísmo agrícola, o parasitismo produziam o assistencialismo educacional que é a nossa grande ideologia pedagógica, pois fetichiza miséria fazendo-nos esquecer a pergunta de Marx: “Quem educa o educador?” ou seja, acostumados com a miséria, acabamos por legitimá-la, esquecendo que é o trabalho o princípio pedagógico geral, e que o nosso educador em última





**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

instância é a forma produtiva. O assistencialismo nos faz esquecer que é justamente o trabalho que deve ser educado no Brasil. (2005, p. 138)

A escola da técnica foi implantada no Brasil a partir do processo de industrialização, pois surge a necessidade de formar uma mão de obra especializada para a indústria, no entanto, como o Brasil não tinha uma tradição industrial e nem de preparação dos jovens para o mercado de trabalho, essas escolas vão se tornando espaços inóspitos de preparação de uma força de trabalho rude, sem formação geral, apenas destinada a desenvolver a técnica, daí a dualidade e a não atratividade da escola profissionalizante para os filhos da elite brasileira. Nosella (2005, p.138) infere que “o estigma do trabalho escravo deve ser exorcizado por intermédio de uma catarse educativa.[...] o trabalho escravo, antigo educador, deve passar a ser educado na nova escola da liberdade industrial”. Mas partindo das considerações de Nosella (2005) nos indagamos sobre que tipo de trabalho e de trabalhador essa liberdade industrial tem produzido na sociedade contemporânea.

A reforma de 1997 que instituiu o Decreto 2.208/1997, em que as escolas técnicas deveriam ofertar ensino técnico separado do ensino médio, o que segundo Oliveira (2005) causou diversas polêmicas entre os educadores e pesquisadores da escola profissional, e culminou com a revogação desse Decreto em 2004 durante o “Fórum Internacional de Educação Tecnológica”, momento esse que instituiu o Decreto 5.154/2004, onde fica estabelecido no Art. 4º que “a educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio” (BRASIL, 2013).

Conforme Oliveira (2005):

Dessa maneira no novo decreto foram mantidas tanto as bases da educação produtivista, quanto às bases de uma educação que pretende superar esse





**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

viés, buscando minimamente desenvolver ao trabalhador o saber que lhe fora parcelarizado pela organização taylorista/fordista do trabalho. Essa tendência de acomodar duas perspectivas distintas no mesmo espírito constitui um passo à frente e dois para trás na história da educação profissional brasileira. (OLIVEIRA, 2005, p. 94/95)

A Educação Profissional se constitui em uma modalidade de ensino que tem em sua origem a marca de uma sociedade escravocrata, a formação do sujeito necessária ao desenvolvimento das forças produtivas se confronta com um modelo social excludente e elitista. Considerar que a educação deve ser um processo de formação para a emancipação humana é pensar em uma relação do sujeito com o mundo do trabalho no sentido gramsciano de que “não existe atividade humana da qual se possa excluir absolutamente alguma participação intelectual. Não é possível separar o homo faber do homo sapiens” (Gramsci, 2010, p. 21). Partindo desse ponto, a divisão do trabalho é uma forma de desumanização das ações humanas, portanto, uma educação que divide o homem entre homens do pensar e homens do fazer é uma forma de deseducação, pois ainda de acordo com Gramsci (2010) todos os homens são intelectuais, porém nem todos exercem a função de intelectuais na sociedade.

## **CONCLUSÃO**

Analisamos, portanto, que a Educação Profissional está a serviço da manutenção da sociabilidade do capital e de suas formas de apropriação do trabalho, concomitante a isso é pensada como uma educação para o povo que se diferencia de uma educação para a classe abastada. A promoção da Educação Profissional cumpre esse papel, que assim como nos esclarece Mézáros (2008, p. 82) “a sociedade capitalista resguarda com vigor não apenas seu





sistema de educação, mas simultaneamente também de doutrinação permanente”, o que significa que a ideologia burguesa impregna a sociabilidade do sujeito social, o qual está submetido cotidianamente, e naturaliza essa relação como algo que não pode ser modificado. Nesse sentido, a classe trabalhadora fica feliz quando consegue um emprego, mesmo precarizado, e mais ainda quando tem a possibilidade de qualificar-se para o mercado, pois assim, tem a falsa sensação de melhoria social.

Pensar em uma escola que humanize e que direcione a instrução de um ofício é o desafio da escola técnica profissional brasileira atual, no entanto a ideologia burguesa ao impregnar a Educação Profissional com a sua ideologia a torna cada vez mais especializada e direcionada para fins mercadológicos, o que intensifica a dualidade da educação e da divisão de classes. Uma proposta de Educação para as classes populares só pode ser pensada como possibilidade de superar essa dualidade, se for compreendida na perspectiva gramsciana de que:

O proletariado precisa de uma escola desinteressada. Uma escola na qual seja dada a criança a possibilidade de ter uma formação, de tornar-se homem, de adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma uma escola humanista [...]. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constrinja a sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se por um caminho cuja meta seja prefixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa, não uma escola de escravidão e de orientação mecânica. Também os filhos do proletariado devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar sua própria individualidade do melhor modo possível, e por isso, do modo mais produtivo para eles mesmos e para a coletividade. (GRAMSCI, 2010, p. 66)

A educação do proletariado, para Gramsci, deve possibilitar o desenvolvimento omnilateral do sujeito, para que este tenha acesso a uma cultura geral, a um conhecimento tão elaborado quanto o filho da classe dirigente. Só assim poderíamos falar em uma escola





humanista e igualitária, onde se extinguiria a dualidade do pensar versus o fazer, pois uma educação geral deve partir da práxis onde a relação teoria e prática é indissociável, é pensar um sujeito pleno que possa desenvolver todas as suas capacidades.

As políticas de Educação Profissional pensada no contexto capitalista não correspondem a um modelo de educação para superar as desigualdades sociais e nem ultrapassar a dualidade entre ensino técnico e propedêutico. Ao se articular com a necessidade de formar mão de obra para o mercado ela se constitui enquanto uma educação como diz Gramsci (2010) “que hipoteca o futuro da criança” e transfere para o âmbito educacional uma relação direta entre emprego e qualificação profissional. As escolas profissionais, assim pensadas, para os filhos da classe trabalhadora, é ainda uma educação para os que necessitam supri necessidades urgentes de sobrevivência.

Para Mészáros (2008) a condição de mercantilização da educação só pode deixar de existir através de uma mudança estrutural da sociedade, em que a educação vai deixar de ser um espaço ideológico da perpetuação da sociedade de mercadorias para possibilitar a transformação do ser social, vez que “o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p.65). Nesse sentido Mészáros reconhece a educação como possibilidade de transformação social, não só a educação formal, mas principalmente em outros espaços de educação, onde os jovens recebem influências e um olhar crítico e questionador mais estimulante do que na escola, onde se encontra a ideologia burguesa, mas também a possibilidade de subversão desta.



Retomando a perspectiva Gramsciana compreendemos que a Educação Profissional deveria possibilitar também a formação geral/integral do sujeito, desde que, como bem disse esse grande intelectual e militante, a escola profissional não se torne “uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício. Mesmo através da cultura profissional é possível fazer que surja da criança o homem, contanto que se trate de cultura educativa e não só informativa, ou não só prática manual” (GRAMSCI, 2010, p.67). Portanto, superar a dualidade educacional presente nessa modalidade de ensino significa repensar a práxis social e suplantar a mercantilização da educação, através de uma mudança estrutural da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22/03/2012.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Juventude: anuário do sistema público de emprego e renda**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/geral/publicacoes/>. Acesso em: 12 de outubro de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em: 27 de novembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em 05 de janeiro de 2013.

BRASIL. **Qualificação Profissional: Uma Proposta de Política Pública**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_376.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_376.pdf)>. Acesso em 27/11/2012.



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/>. Acesso em 05 de janeiro de 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Cidades @. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 13 de dezembro 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Homens ou máquinas?** In: MONASTA, Attilio. Antonio Gramsci. Tradução Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2012. (Coleção Educadores).

MARX, Karl. **O capital.** Disponível em: <http://www.marxists.org/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.** Disponível em: [www.marxists.org/portugues/marx/](http://www.marxists.org/portugues/marx/). Acesso em: 16 de fevereiro de 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 3ª ed. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1982.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** – São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. MARX, Karl. O capital. Disponível em: <http://www.marxists.org/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

NOSELLA, Paolo. **Qual compromisso político?** Ensaios sobre a educação pós-ditadura. 2 ed. Revista e ampliada. Bragança paulista: EDUSF, 2002.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs.). **Educação profissional: Análise contextualizada.** Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação produtiva e educação profissional.** In: MENEZES, Ana Maria Dorta de. FIGUEIREDO, Fabio Fonseca (Orgs.).





**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Editora UFC, 2003. p. 79 – 89.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. 5 reimpressao. São Paulo Cortez, 2010.

